
A sociedade do cancelamento ou a literatura como o incancelável

The canceling society or literature as the incancelable

Luis Maffei

Universidade Federal Fluminense/ CNPq

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.n54a1375>

RESUMO

Pensar a problemática do cancelamento nos convida a abrir um leque reflexivo, pois muitas pontas se juntam nesse fenômeno. A noção, punitiva desde a etimologia, foi deslocada do universo dos eventos (“cancelar uma festa”) para o das relações humanas (“cancelar uma pessoa”). A questão se liga ao processo de digitalização do mundo, pois a internet é mola e palco da lógica do cancelamento. A web provoca uma sensível redução da linguagem, o que facilita uma mentalidade vigorosa de extrema direita. Membros de grupos historicamente marginalizados sempre tiveram componentes identitários como motores de identificação e resistência, acionando-os para o convívio entre diferenças e ações transformadoras. Contudo, uma militância predominantemente online acaba por replicar práticas do novo populismo autoritário, que, por sua vez, também se aproveita da identidade, mas vaga e performaticamente, como mantra segregacionista. O resultado disso é a assunção, por pessoas mais ou menos próximas ao que se entende como esquerda, de uma ideia de superioridade moral, que rege exercícios de vigilância e anulação de diversas divergências – majoritariamente no espaço, pouquíssimo aberto ao debate, da internet, que nos propulsa a um espetáculo individualista desejoso de ganhos simbólicos (curtidas, breves elogios). Quando a prática do can-

celamento atinge a Literatura, tende a, além de constranger debates que podem ter lugar, ferir a igualdade que o texto literário propõe entre quem escreve e quem lê. A Literatura, com sua superação do esquema forma/conteúdo, aposta num devir que o cancelamento constrange, ainda que conteúdos abjetos em obras literárias sempre possam ser deplorados.

PALAVRAS-CHAVE: Cancelamento; Internet; Identidade; Literatura; Devir.

ABSTRACT

Thinking about the issue of canceling invites us to open a reflective range, because many dots build this phenomenon. The notion, punitive from its etymology, has shifted from the universe of events (“cancel a party”) to human relations (“cancel a person”). This problem is linked to the process of digitalization of the world, because internet is source and stage for canceling. The web causes a noticeable reduction in language, which facilitates a vigorous far-right mentality. Members of historically marginalized groups have always had identity components as drivers of identification and resistance, using them for living together in differences and for transformative actions. However, a predominantly online activism replicates practices of the new authoritarian populism, which, in turn, also takes advantage of identity, but vaguely and performatively, as a segregationist mantra. It causes the assumption, by people more or less close to the left, of an idea of moral superiority, which governs exercises of surveillance and annulment of various divergences – mostly in the space, close for real debates, of internet, which propels us to an individualistic spectacle eager for symbolic gains (likes, brief compliments). When canceling reaches literature, it tends to, in addition to constraining debates, harm the equality that literary text proposes between writer and reader. Literature overcomes form/content scheme, bets on a becoming that canceling constrains, although abject contents in literary works can always be deplored.

KEYWORDS: Canceling; Internet; Identity; Literature; Becoming.

Cada palavra possui sua história. A história dos vocábulos se recheia de encontros, permanências, alterações, recuperações. A palavra “cancelamento” é um exemplo curioso desse dinamismo. Durante muito tempo, na minha vivência mais cotidiana e ordinária, a palavra “cancelamento” e seu respectivo verbo “cancelar” diziam respeito tão somente a situações que aconteceriam, especialmente o que se pode chamar de evento, e, por alguma razão, não poderiam mais acontecer – um espetáculo foi cancelado porque alguém do elenco adoeceu, ou uma festa, em virtude de uma morte inesperada. Sempre me chamou a atenção a diferença entre cancelamento e adiamento. É como se algumas situações fossem adiáveis, não canceláveis. Por exemplo, se chover, uma partida de tênis é adiada, não cancelada. Isso causa algum transtorno para quem joga ou assiste, mas o *match* acontece, infalivelmente, porque não se cancela um torneio antes de seu final – e, se ele chega ao final, não terá havido cancelamento, no máximo adiamentos.

Mas eu pensava na história da palavra; segundo o Dicionário Houaiss, cancelamento vem do latim “*cancéllo, as, ávi, átum, áre*”, que significa “cobrir com grades, riscar, inutilizar (riscando), anular” (Cancelamento, 2001). O vocábulo latino, à primeira vista, não se presta a pessoas, sim a coisas ou lugares, mas passa a se prestar a pessoas se, digamos, um nome próprio for riscado. Não houve tempo na história da humanidade em que não se praticasse algum tipo de *ostracismo*, formal ou informal. Num período ainda recente, o *ostracismo* tinha/tem alguma coisa a ver com moda ou modismo, não necessariamente no universo do vestuário, mas de um ordenamento ainda baseado na velha cultura de massas, ou em algum resto dela.

Próximas ao cancelamento assim como o temos visto estão a anulação e a eliminação. Cancelar pessoas (ou obras, mas sempre com vistas à pessoa) é também uma espécie de moda. Na cultura de massas, até outro dia, relegava-se ao *ostracismo* alguém que tinha saído

de moda, por motivo, em geral, mais comercial que qualquer outro. Isso acontecia com atrizes e atores de novela (ou mesmo de cinema), cantoras e cantores de popularidade efêmera que participavam do Chacrinha, do Sílvio Santos ou quejandos. Em contextos menos imediatistas, mais críticos, da vida intelectual, ainda que fosse possível o ostracismo se abater sobre alguma autoria, era menos óbvio *exilar* alguém do convívio, em virtude da capacidade crítica desses espaços¹, capazes de refletir, inclusive, acerca da mesma lógica maciça que organiza modas e exclusões, pondo-as em causa.

Atualmente, ainda são lançadas e sepultadas modas e figuras no contexto da televisão e de outros veículos da cultura de massas, mas a prática do cancelamento é bastante pródiga no terreno pantanoso da internet. A televisão mantém esse hábito, mais que em programas de auditório², nos assim chamados *reality shows*. Há certo princípio nesses espetáculos que se encontra claramente com a prática que medra nas redes, e que as redes fazem medrar: a eliminação. Essa palavra é bastante frequente em campeonatos esportivos, nos quais atletas ou equipes vão se eliminando umas às outras até que uma seja declarada campeã. As regras, tanto do esporte em geral como do torneio em particular, costumam ser bastante claras. Eliminar um oponente indica uma superioridade (temporária, na maioria das vezes) sobre o rival, mas dentro das propostas da modalidade. É claro que o esporte recolhe da cultura em que se situa muito da moral (das morais) que a rege(m), mas o jogo se joga dentro de uma moral própria. O resultado de uma contenda se situa num determinado

¹ O que escrevi é um tanto genérico e não quer dizer que não houvesse, em meios altamente intelectualizados, estratégias de “cancelamento” antes da nossa época, muitas vezes em razão de posicionamento político.

² Esses programas, nalguma medida, têm se esforçado para replicar ações fermentadas na internet.

momento do tempo e da história daquele jogo, e não ultrapassa so-
bejamente as fronteiras do mesmo jogo – John McEnroe foi melhor
que Carlos Alberto Kirmayr jogando tênis, mas isso não significa
que McEnroe tenha sido mais virtuoso, generoso ou belo (predica-
dos de grande relatividade) que Kirmayr³.

Como se *elimina* alguém num *reality show*? Que regras orientam
a escolha da audiência? Aquela gente encerrada num estúdio televi-
sivo perversamente chamado de “casa” não obedece a regras claras
para tentar ganhar a bolada em disputa. Após a explosão dos progra-
mas denominados Big Brother, com todo o deboche de uma apro-
priação como essa, pode haver shows baseados em eliminação em
inúmeras áreas de atuação humana, da culinária à narração esporti-
va. Mas o famigerado Big Brother continua aí, mantendo sua dinâ-
mica, mas com uma alteração importante: atualmente, os princípios
que regem a escolha de quem fica ou sai (o que não renuncia a certo
sadismo)⁴ baseiam-se em questões que ultrapassam a docilidade, a
simpatia ou o bom-humor.

O que acontece nesses espetáculos se assemelha ao que se pratica
na internet, pois a rede provocou um fenômeno que gosto de chamar
de digitalização do mundo. A alteração existencial e comportamen-
tal provocada pela internet é das mais agudas que a humanidade

³ É claro que o esporte, por ser um produtor de mitologias desde muito antes de
Barthes (2001), no final dos anos de 1950, dedicar-se a esse problema (na verdade,
desde os gregos), transborda para fora de seu território. Os mitos esportistas
atendem a demandas que vão da exploração capitalista a versões mais ou menos
apressadas de nacionalidade (uma não nega a outra, pelo contrário, elas se
retroalimentam), e geralmente têm grande dificuldade de se afastar de lugares-
comuns, como o heroísmo. Uma época como a nossa faz o heroísmo se colar à
publicidade, sem que se perca o culto ao indivíduo.

⁴ Sade, désolé.

sofreu nas últimas décadas, quicá séculos, e não podemos pensar nas práticas de cancelamento sem levarmos em conta o digital. De acordo com Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, “as redes sociais [...] produzem ‘hipersujeitos’” (Rouvroy; Berns, 2018, p. 122). É claro que o individualismo é um dos produtos mais bem acabados do capitalismo avançado, e a internet agarrou esse bastão, não o inventou. Mas a intensificação dessa hipersubjetividade tem tudo a ver com um universo que convida os sujeitos a se mostrarem indefinidamente, premiando-os sempre que algum aspecto identitário se afirma.

Basta olharmos, rapidamente, uma rede social qualquer para vermos uma *comoditização* do comportamento, atualizada de modo infrene, para usar expressão consagrada por Paula Sibilia, em *shows do eu* (2016). As pessoas encenam o que lhes pode valer recompensas sociais, vindas, especialmente, de grupos afins. É cada vez mais frequente que uma ida ao cinema seja ilustrada por uma foto com o cartaz do filme, ou a presença no estádio nos imponha registrar, em pose mais ou menos apaixonada, que gostamos mesmo do nosso clube. Tudo vai para as redes imediatamente, enquanto aguardamos, não sem ansiedade, confirmações do que esperamos receber como moedinha legitimadora ou identitária – curtidas, comentários (“adorei esse filme”) ou aplausos (“nosso time é o melhor”). Então, os “hipersujeitos” se constroem enquanto se reforçam variegadas facetas identitárias, e é importante que elas sejam garantidas por certo grupo.

O processo de digitalização do mundo é contemporâneo de um momento importante para diversas lutas por direito e reconhecimento. Em poucas palavras, aspectos identitários, além de nos permitirem demarcar nosso lugar no mundo na inesgotável relação com outras pessoas e identidades, sempre foram usados por diferentes agentes do poder para justificar incontáveis práticas opressivas. Nesse sentido, a afirmação da identidade, sobretudo por grupos historicamente oprimidos, foi, e é, imprescindível para a conquista,

muitas vezes sangrenta, de direitos e igualdade. Ou seja, para que almejemos alguma igualdade real, é preciso discutirmos todo tipo de desigualdade, sem que caiamos na ilusão de que o universalismo nos dará as respostas que ele nunca deu. A afirmação da identidade é imprescindível para que, nalgum futuro, possamos ultrapassar segregações históricas que ainda vigem no presente.

Mas, como eu escrevi, precisamos observar o quanto a internet é mediadora de quase tudo o que acontece atualmente. Quando a rede mundial se popularizou, houve quem pensasse numa democratização da informação, das lutas e das relações humanas. Não é o que testemunhamos. A web propicia um sem número de facilitações, especialmente práticas, e algum resto da velha esperança persiste – um celular pode inibir uma específica prática de violência policial, uma campanha online pode ajudar alguém, você está lendo este texto porque ele está disponível na rede. Porém, há um aspecto que precisa ser levado cada vez mais em conta, que é a moldagem maquínica do comportamento humano que a internet, por ter se tornado um espaço total, totalitário e poderoso, leva a cabo. O sonho democratizante esbarrou em um cenário problemático, pois a rede mundial, ao invés de descentralizar, por exemplo, a informação, foi controlada por agentes do capital que, hoje em dia, ameaçam inclusive a soberania de nações.

Num estudo central para entendermos esse estado de coisas, Letícia Cesarino entende que “o usuário humano não é o agente, mas o *ambiente* para a agência de sistemas não humanos” (Cesarino, 2022, p. 89). A antiga distinção entre sujeito e objeto, à qual a filosofia (e outras áreas do pensamento humano) reage há muito tempo, volta à baila de maneira muito estranha – o sujeito do conhecimento, que possui consciência de si e do mundo, identificado à pessoa humana, agora se encontra em posição de objeto de um empreendimento descentrado, dotado, contudo, de alguns centros de poder. Não con-

sidero apenas as corporações que controlam muito do que a internet nos impõe, mas uma dinâmica própria do contexto digital. Cesarino escreve:

[...] no caso de um sistema em crise ou longe do equilíbrio, como o nosso, se não se chega a [um] ponto de bifurcação ou ruptura definitivo, o estado de liminaridade vai se prologando. Nessa situação paradoxal de crise permanente, há o colapso das diferenciações que organizavam o sistema anterior, sem que uma nova síntese estável tenha emergido. [...] A hierarquia entre os extremos que outrora organizavam a forma global do sistema (por exemplo, público-privado, fato-ficção) se desestabiliza e os polos vão se reorganizando em novas combinações (Cesarino, 2022, p. 67).

É ingênuo supor que a internet, apesar de ser resultado de um complexo conjunto de fatores (tecnológicos, sociais, históricos) que a propiciou, apenas recolhe para si o que aconteceria, de uma maneira ou de outra, fora dela. Se a dinâmica intrínseca à rede bagunça a “hierarquia entre [...] extremos” e se o sistema se encontra sempre em crise⁵, a internet não é um espaço propício para o debate político. Pelo contrário, a web, sobretudo nas mídias sociais, provoca um pseudodebate que não raro exige que renunciemos a ferramentas importantes do pensar – uma delas diz respeito ao tempo: as redes e os aplicativos de troca de mensagens impõem uma temporalidade que não favorece reflexões cuidadosas. A vertigem por *reagir* e *responder* cria um cenário que Bérengère Viennot assim comenta, pensando em práticas que Donald Trump metonimiza há anos:

no Twitter, paixões costumam irromper mas os debates raramente têm profundidade filosófica. O formato não se presta à reflexão

⁵ Como o capitalismo, aliás, que, como nos ensinou Marx, baseia sua força justamente em sua condição de crise constante.

intelectual: presta-se ao diálogo superficial e ao aforismo fácil. No caso de Trump, trata-se de um monólogo que serve para justificar suas escolhas e protruções, e fazer uma verdadeira propaganda com pequenos cliques e slogans de louvor à sua glória e à de seu governo (Viennot, 2020, p. 55).

Há, mais uma vez, o outro lado da moeda: não é impossível que reflexões interessantes surjam no Facebook ou em outra rede qualquer. Eu mesmo, que acompanho alguma gente que me interessa, já li textos seus cuidadosos e pensantes. Mas agir assim nas redes, além de não hegemônico, não é o que elas querem, pois seu sistema (recupero o sentido adotado por Cesarino) não ajuda esse tipo de ação. Os algoritmos tendem a priorizar e promover mensagens raivosas, e uma das razões para isso, entre outras, é econômica: expressões agressivas geram mais *engajamento* e, conseqüentemente, mais lucro para as companhias que possuem as redes.

Esse cenário, como sabemos, é um admirável propulsor para o crescimento do populismo de extrema direita, aqui e noutras partes do mundo. Pensando em sua versão brasileira, escreve Cesarino (2022, p. 151): “enquanto fenômeno fractal, o bolsonarismo não imprimiu uma substância política unificada e programática às demandas de seus seguidores. [...] esse movimento é ao mesmo tempo vazio de conteúdos e altamente performático”. A internet facilita um tipo de mobilização com mais forma que conteúdo – mais palavras de ordem que propostas, mais escândalo que debate, mais agressividade que divergência. A política jamais foi desprovida de um grau elevado de emotividade e performatividade, desde a Grécia. Não obstante, ideias políticas não se furtam completamente a uma “substância”, a um programa, pois é desejável que seu conteúdo, justo para ser político, não seja “vazio”.

A extrema direita que ruge e pleiteia o poder é, obviamente, a que ocupa uma parcela mais significativa do espaço digital, e não poderia ser diferente: uma discussão mais aprofundada, proposta pela esquerda ou mesmo pela direita tradicional⁶, não tem força para vicejar como a barulheira do bolsonarismo ou do trumpismo. Isso silencia a direita, que não consegue mais se posicionar no espectro ideológico, e leva a esquerda a gestos que acabam se voltando contra ela. Um deles é passar a maior parte do tempo rebatendo pautas propostas pela extrema direita, submetendo-se a uma posição subalterna na arena política. Além disso, o que talvez possamos chamar de neofascismo é fortemente identitário, ainda que sua ação seja performática e seu discurso, no limite, vazio. Esses populismos cresceram reagindo, por um lado, a diversas conquistas de grupos historicamente marginalizados, e, por outro, a um vazio deixado pela chamada democracia representativa, ao qual a esquerda teve grande dificuldade, a partir, especialmente, do final da primeira década deste século, em responder. Contudo, ao assumir o protagonismo num mundo digitalizado, a extrema direita que capturou a fala – que, afinal, não é exatamente uma fala, mas uma produção ruidosa de emoções e irracionalidade.

A identidade é fundamental para esse tipo de intervenção pseudo-política. Não é casual que assistamos à apropriação de símbolos nacionais e a uma iracunda oposição entre certo *nós* (patriotas, cidadãos de bem) e um imenso *eles*, que engloba tudo o que não se encaixe no malajambrado primeiro grupo. O uso de uma imagética nacionalista para que um agrupamento, opondo-se aos demais, aproprie-se de uma simbólica nacionalidade única recupera estratégia dos fascismos do século XX. Além disso, existe um encontro entre a lógica indivi-

⁶ A extrema direita tem sido tão operante que conseguiu roubar para si o nome de “direita”, obrigando-me a usar um adjunto adnominal para me referir à direita como *sói*.

dualista do neoliberalismo e a extrema direita, que insiste, sempre de modo mais ou menos vago, na liberdade individual contra princípios que almejem uma transformação social e comunitária. Os cidadãos de bem, já que o são, possuem uma superioridade moral sobre quaisquer coletivos (estrangeiros, homossexuais, feministas, entre tantos outros) ou indivíduos que não caibam na ideia deles. Isso favorece, inclusive, certo fundamentalismo religioso de que o conservadorismo radical se alimenta e que alimenta o conservadorismo radical – afinal, não é nada incomum, historicamente, que uma coletividade se julgue superior a outras por se julgar *certa* (no sentido religioso de *justa*), enquanto as demais são *ímpias*.

Esse “ambiente” criou uma deriva estranha para as lutas por direitos e igualdade, que levam em conta, com toda a razão, as identidades, considerando suas especificidades, diferenças e necessárias articulações. Essas pautas sempre estiveram próximas à esquerda, que procura, ainda hoje, vinculá-las a uma questão de fundo insubornável, que é a redução da desigualdade material. Todavia, como o palco de uma suposta ação política é a internet, que nos compulsa à rapidez e a um combate imediato e não mediado, e como é a extrema direita que distribui as cartas, quem a enfrenta acaba por, de um modo ou de outro, imitar seus princípios.

Então, o problema não é propriamente a identidade de um grupo específico, tampouco a subjetividade de cada membro desse grupo, que pode se afirmar num profícuo reconhecimento identitário. Começo a tentar esboçar o que seja o problema citando Jonathan Crary, segundo quem “a política identitária tem sido fundamental para as estratégias das elites neoliberais ‘progressistas’ – para garantir que uma maioria potencialmente poderosa não seja capaz de se reconhecer, de modo que se divida em facções separadas e rivais” (Crary, 2023, p. 27). As “elites neoliberais progressistas” são um problema mais flagrante no país de Crary, os Estados Unidos, que no Brasil,

ou mesmo em Portugal. Não existe, *na autoproclamada “land of the free and home of the brave”*, propriamente uma esquerda, malgrado o trabalho de gente como Bernie Sanders, mas uma polarização entre um capitalismo menos desatento ao social, representado pelo Partido Democrata (de Sanders e Obama), e um mais conservador e brutalmente neoliberal, representado pelo Partido Republicano⁷. Mas me interessa considerar o fomento de “facções separadas e rivais”, que cindem um imenso conjunto social que tem muitos interesses em comum.

Para refletir melhor, observo um caso específico. Em 2020, num artigo para a *Folha de S. Paulo*, a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz comenta um trabalho da estrela pop estadunidense Beyoncé, *Black is king*. Em seu artigo, Schwarcz refere-se ao álbum visual, que encena uma África distante de estereótipos estabelecidos pela branquitude hegemônica, elogiosamente, entendendo-o como uma “viagem de ida e volta, rumo a um passado silenciado e ausente, caracterizando uma ‘elegia da procura’” (*apud* Prado; Allegretti; Giovannini, 2021, p. 228). Por outro lado, pondera a articulista, “como nada na obra de Beyoncé cabe só numa caixinha, causa estranheza, nesses tempos agitados do presente, que a cantora recorra a imagens tão estereotipadas e crie uma África caricata e perdida no tempo das savanas isoladas”, e remata: “quem sabe seja hora de Beyoncé sair um pouco da sua sala de jantar e deixar a história começar outra vez, e em outro sentido” (*apud* Prado; Allegretti; Giovannini, 2021, p. 229). Houve uma chuva de respostas ao texto de Schwarcz. Entre elas, destaco a da cantora Iza: **“Lilia Schwarcz [...], preciso entender que privilégio é esse que te faz pensar que você tem uma autoridade**

⁷ O progressivo apagamento de um conservadorismo que não seja de extrema direita tem na apropriação do Partido Republicano por Donald Trump um exemplo insofismável.

de para ensinar uma mulher negra como ela deve, ou não, falar sobre seu povo. Se eu fosse você (valeu Deus) estaria com vergonha agora. MELHORE!” (*apud* Leite, 2020). Após a virulência das reações (tomo a palavra no sentido mais digital do termo), restou à pensadora pedir desculpas – via Twitter.

Não posso comentar o álbum visual em questão, a que eu sequer assisti, tampouco, obviamente, pôr-me em acordo ou de-sacordo com Schwarcz acerca desse trabalho de Beyoncé. Pensando em cancelamento, o que me importa é comentar a específica postagem de Iza, feita, claro, numa rede social. A questão premente das breves linhas é a de **“autoridade”**. **De onde ela poderá vir?** Certamente da identidade, pois Schwarcz, malgrado ser uma importante historiadora brasileira, não tem autoridade para comentar *Black is king*, pois não é “uma mulher negra”, portanto não pode “ensinar uma mulher negra como ela deve, ou não, falar sobre seu povo”. A pílula textual de Iza acaba por torcer o texto que a provocou: se há um período em que Lilia Schwarcz parece aconselhar a estrela estadunidense – “Quem sabe seja hora de Beyoncé [...]” –, há outros abertos a receber os signos postos em cena no filme, e o recorte de apenas um, o mais rebatível, o menos cuidadoso, é o que possibilita a existência de uma postagem breve, raivosa e viralizável.

Esse tipo de cancelamento não pretende apenas “cobrir com grades, riscar, inutilizar (riscando), anular” a pessoa (não algum evento) cancelada, mas projetar quem o pratica, o que não deixa de ser marketing pessoal. Para ambos os efeitos, o que conta é uma expressão indignada, o que transforma a internet, segundo João Freire Filho, num tribunal de emoções (Freire Filho, 2017). Iza, portanto, não argumenta contra os argumentos de Schwarcz, nem é o caso de fazê-lo, pois o que vale na prática do cancelamento é o tom belicoso – acompanhado, sempre que possível, de palavras de ordem como

“valeu Deus” ou “melhore”, esta última em caixa alta e seguida de ponto de exclamação.

Claro que o debate não se aprofundou, e, na internet, dificilmente poderia ter-se aprofundado. Uma reação como a da Iza renuncia, inclusive, a questionamentos de outra sorte, pois é perfeitamente questionável o artigo da historiadora. Num caso como esse, semelhante a tantos outros, a identidade, inclusive, despe as personagens da complexidade que as caracteriza. Lilia Schwarcz, por exemplo, torna-se apenas uma mulher branca, e Beyoncé, tão somente uma mulher negra. Perde-se de vista, logo, um montão de aspectos que caracterizam o trabalho intelectual de Schwarcz, e tantos outros que marcam a personagem Beyoncé, tais como sua condição de milionária e sua posição de destaque na indústria da música pop, o que lhe confere, inegavelmente, certa posição de poder. Perde-se de vista também a gama de afinidades entre Lilia Schwarcz e Iza, como o declarado antibolsonarismo de ambas.

O cancelamento, portanto, ainda que em muitos casos seja praticado por pessoas que pretendem lutar por justiça, direitos ou outra causa próxima à esquerda, inevitavelmente recupera estratégias de extrema direita. Uma delas é a suposição de uma superioridade moral, que não escapa a certo essencialismo. Não custa voltar ao esporte, produtor constante de frestas de legibilidade para muitos fenômenos. Maria Esther Bueno foi mais brilhante que Sally Moore, mas só podemos afirmar isso relativamente ao tênis, pois dificilmente poderemos dizer quem, entre as duas, é mais bondosa, interessante ou bem-humorada – ou seja, a superioridade da paulistana sobre a colega nada tem de moral.

A superioridade moral (base das escolhas de quem fica ou sai do fascista Big Brother) se baseia numa suposta essência, não em ações, e uma essência muito simplificada, que normalmente se reduz a pouquíssimos traços da identidade, sempre complexa, de um sujei-

to. Parece que a resposta mais rápida (e havemos de ser rápidos na internet) de que dispomos para enfrentar a extrema direita é pôr em cena uma espécie de contramoralismo que, evidentemente, não deixa de ser também moralista. A última palavra do comentário de Iza acerca de Lilia Schwarcz é exemplar: “melhore”. Caberia perguntar: a historiadora deveria melhorar sua escrita, sua reflexão? Certamente não; deveria ela melhorar, simplesmente, como um imperativo, não de pensamento, mas de moralidade. Por ser *melhor*, por não ser Schwarcz, Iza agradece: “valeu Deus”. Se Maria Esther Bueno escrevesse “melhore” a Sally Moore, certamente estaria sugerindo à colega estadunidense aprimorar seu tênis, nada mais.

As práticas de cancelamento, de eliminação, são formas de justicamento, em tudo semelhantes ao linchamento – não é despropositada a expressão “linchamento moral” para muitos casos de que temos notícia. A palavra “linchamento” se origina da nefanda Lei de Lynch, estabelecida por certo William Lynch, poderoso fazendeiro do estado da Virgínia, nos EUA, que, no final do século XVIII, estabeleceu um tribunal privado em suas terras. Lynch julgava e, majoritariamente, condenava em rito sumário, sem oferecer defesa, quem era pego em flagrante cometendo algum crime – a maioria dos justicados era gente negra, cujo crime era apenas, em tempos de sórdida escravidão, buscar algum alimento para saciar a fome. O justicamento é o contrário da justiça. Cada ato de cancelar, eliminar, celebra a memória de William Lynch e transforma a pessoa coberta com grades, riscada, inutilizada, anulada, em criminosa, com parco direito à defesa.

*

Escreveu Leticia Cesarino que os movimentos de extrema direita na internet têm pouquíssimo conteúdo e alta performance. Como entender o cancelamento em assuntos literários? A Literatura, sabemos, não é uma tensão entre forma e conteúdo, mas um investi-

mento de linguagem no qual não faz sentido delimitar conteúdo e forma. Em outras palavras, obras literárias comunicam, mas de maneira inagarrável, pois os sentidos bailam, escapam, iludem, logram. Silvina Rodrigues Lopes escreve, pensando em autoria:

enquanto experiência, que nada tem de pessoal, nem de impessoal, a literatura ignora os limites estritos da unicidade do sujeito e dá à experiência a natureza de uma multiplicidade incontável, em devir. Podemos dizer que sempre que há obra literária há essa coragem do pensamento e do dizer que vai além do possível enquanto intenção de autor (Lopes, 2003, p. 31).

Justamente numa altura em que os conteúdos se reduzem dramaticamente, diminuindo, assim, a potência da linguagem, reforçam-se agudamente os *eus* que se põem atrás dos textos, ou melhor, se hipertrofiam nos textos. Julgo que um *eu* muito grande tem a ver com o processo de digitalização do mundo, que nos exige uma autoperformance constante, sem intervalos. Um dos efeitos políticos disso é perda de uma dimensão efetivamente coletiva, ainda que um dos alicerces do coletivo seja a constituição identitária de cada pessoa e os pequenos agrupamentos que compõem o todo da sociedade. Há, sempre houve, um enorme perigo em se falar em universalismo, pois o universal de um indivíduo difere do de outro, inclusive por questões raciais, de gênero, sexualidade etc., assim como cada grupo experiencia versões distintas da história. Contudo, num momento em que já podemos desconfiar do universalismo, talvez tenhamos de construir possibilidades de novos universais que, ao invés de apagar aspectos identitários importantes e compositivos da comunidade, permitam que as causas se encontrem baseadas – por que não? – no velho princípio da igualdade. Ou seja, vale a pena que nós, que tanto desconfiamos, ainda bem, do universalismo, desconfiemos também de efeitos imprevistos do individualismo.

Um dos gestos políticos mais resistentes de obras literárias não tem a ver com essa ou aquela posição partidária (ainda que certas obras mais ou menos partidárias tenham força), mas com a igualdade que o texto literário permite entre quem escreve e quem lê. Um exemplo gritante é o de Fernando Pessoa, muito cioso do universo que criou, distribuidor das fichas de seu mundo, mas autor de um célebre verso que transforma a leitura em coprotagonista da escrita: “Sentir? Sinta quem lê” (Pessoa, 1993, p. 104). Essa democracia literária também se manifesta na impossibilidade de fecharmos os sentidos de uma obra, ainda que a leiamos vezes sem conta. É por isso que Silvina Lopes se refere a uma “experiência” cuja “natureza” é de uma “multiplicidade incontável, em devir”. Se reduzimos a complexidade de uma obra a apenas um de seus sentidos, violentamos tremendamente sua multiplicidade e acabamos cerrando os olhos (e a pele e os ouvidos) para o que vai além do pequeno conteúdo destacado.

Isso não quer dizer que poemas, contos, romances, crônicas não possam receber leituras que critiquem certos aspectos incômodos ou mesmo abjetos. Alguns, algumas colegas que, como eu, lecionam Literatura Portuguesa, têm se mostrado muito desconfortáveis quando vão falar d’*Os Lusíadas*, pois já enfrentaram, ou temem, reações, digamos, canceladoras em sala de aula. Mas, ora, notar um tom islamofóbico no poema não nos impede de perceber o quanto as verdades que Camões aciona são relativas, problemáticas, abertas ao devir, o que relativiza, inclusive, a islamofobia de certos fragmentos – relativiza, não apaga. O caso, então, não é defender a todo custo que Camões não tinha qualquer preconceito religioso contra o Islã, nem, ao contrário, meter o pau no poeta por reproduzir uma verdade de seu tempo e de seu lugar. O caso, penso, é perceber que, para além dos conteúdos que nos soam, atualmente, islamofóbicos, existe uma arquitetura de sentidos e um investimento na “experiência”

que apresentam uma “coragem do pensamento e do dizer que vai além do possível enquanto intenção de autor”⁸.

O literário é um dos espaços privilegiados, talvez o mais privilegiado, da desarticulação do eu. Sendo fato de linguagem, a Literatura já parte de um lugar comum, que lutamos para personalizar, mas que constantemente nos escapa. A linguagem cotidiana, da padaria, da pracinha, tem o condão de se naturalizar, ou fingir naturalidade, transformando sua condição de lugar comum em senso comum. Nessas situações, os fenômenos nos aparecem como fatos dados (eu, você, calor, grama, café) e parecem ser o que são, mesmo que expressos em palavras. Mas a Literatura, ao entender a linguagem com estranhamento, estranha o eu e o café, o matinho e o pão. Entendo, assim, o devir em Literatura: um ainda não que já é, ou um já é que ainda não pôde ter sido. Por isso, é, antes de tudo, redutor cancelar uma obra, um estilo, um gênero, uma autoria, pois há nas experiências escritas muito mais que os aviltamentos que possam nos provocar.

Cobrir um exemplar literário com grades⁹ é uma violência, no pior sentido da palavra. Digo isso sem negar a possibilidade de observarmos, por exemplo, que Pessoa elenca apenas duas mulheres na *Mensagem*, e ambas são elevadas à santidade – logo, rebaixadas, desvalorizadas, em muitos aspectos do feminino, inclusive a sexua-

⁸ Recomendo, a quem se interessar, meu ensaio “Camões e a coragem do dizer”, publicado na Revista *Camões* (Instituto Camões) n. 28, 2024, volume organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Helder Macedo, intitulado “Luís de Camões: o futuro do passado”. É que, no texto, penso justamente em escorregões significativos que *Os Lusíadas* praticam, a partir de uma afirmação da verdade, ou melhor, de diferentes verdades, algumas inconvenientes.

⁹ É por isso que o título da “Antologia de poemas de resistência” publicada por Sophia de Mello Breyner Andresen em 1970, *Grades*, é tão impressionante.

lidade, que sempre intimidaram os homens. Mas se a *Mensagem* for limitada a isso, e se nos restringirmos a considerar Pessoa um machista torpe, perderemos não só todo o resto do (meta)poema, que é imenso, mas até a possibilidade de lermos com inteligência e olho crítico as representações femininas em Fernando Pessoa.

Escrevi que a Literatura produz uma espécie singular de igualdade. As demais artes também. A obra de arte não tem nicho de mercado, por exemplo – quem gosta de cinema aprecia filmes relevantes em qualquer gênero (especialmente os sem gênero), quem gosta de Literatura aprecia obras relevantes vindas de quem quer que seja. Já que a Literatura propõe uma igualdade (desigual, no sentido mais aberto do termo, pois a Literatura aprecia desequilíbrios), não cabe assumir uma fala a partir de qualquer identidade que nos franqueie uma superioridade moral sobre alguma autoria, pois isso fere de morte aquela política literária a que me referi há alguns parágrafos.

Isso não significa que uma mulher feminista não tenha, a partir de sua luta diária e da reflexão que a sustenta, algo a dizer acerca da violência sexual que um romance como *O apocalipse dos trabalhadores*, de Valter Hugo Mãe, ficciona. Obras de arte são debatíveis, alguns momentos de muitas delas, desprezíveis. Podemos sentir repugnância de muitas coisas – eu, por exemplo, sinto de algumas cantigas de escárnio e/ou maldizer, claramente violentas contra quem vive o que, a partir de dado momento, passamos a chamar de homossexualidade, ou de algumas cenas racistas do cinema de D. W. Griffith. Mas, se eu cancelar parte da lírica dos trovadores ou um cineasta importante do começo do cinema estadunidense, estarei, além de tudo, perdendo de vista o quanto a homofobia, em um heterossexual como eu, e o racismo, em um homem branco como eu, espreitam insidiosamente, esperando o momento para me atacar e me usar como arma de ataque. Não cancelar o que me incomoda implica,

para mim, não cancelar a atenção que tenho para não fazer o que fizeram quem eu poderia pensar em cancelar.

Mas a Literatura, a Literatura é como um *match* – incancelável.

RECEBIDO: 28/02/2025

APROVADO: 20/03/2025

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11. ed. Tradução de Rita Buongiorno; Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANCELAMENTO. In: *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Manaus: Sonopress Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica; Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso – Verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu, 2022.

CRARY, Jonathan. *Terra arrasada – Além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2023.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. Revista *MATRIZES*, v. 11., n. 1, jan./abr. 2017, São Paulo, p. 61-81.

LEITE, Bruno. “Errei e peço desculpas”, diz Lilia após repercussão negativa de crítica a Beyoncé. *Bahia Notícias*, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/38327-errei-e-peco-desculpas-diz-lilia-apos-repercussao-negativa-de-critica-a-beyonce>. Acesso em 22 fev. 2025.

LOPES, Silvina Rodrigues. A literatura como experiência. In: LOPES, Silvina Rodrigues. *Literatura, defesa do atrito*. Lisboa: Vendaval, 2003. p. 11-58.

PESSOA, Fernando. *O eu profundo e os outros eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

PRADO, José Luiz Aidar; ALLEGRETTI, Bruna Luiza de Camilo; GIOVANNINI, Rafael. Controvérsia “Schwarcz/Beyoncé”: sociabilidades antagonistas e direito ao debate. Revista *Eco Pòs*, dossiê “Guerras culturais”, v. 24, n. 2, 2021, p. 226-251.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? Tradução de Pedro Henrique Andrade. In:

BRUNO, Fernanda *et. al.* (org.). *Tecnopolíticas da vigilância* - perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 107-139.

SIBILIA, Paula. *O show do eu* – a intimidade como espetáculo. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

VIENNOT, Bérengère. *A língua de Trump*. Tradução de Ana Martini. Belo Horizonte, Âyiné, 2020.

MINICURRÍCULO

LUIS MAFFEI é professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista em produtividade do CNPq e líder do Grupo de Pesquisa “Pensar Camões”. Organizou, com Paulo Braz, edição de *Os Lusíadas*, anotada, que conta com dez ensaios, um sobre cada Canto do poema, escritos por pesquisadore(a)s brasileiro(a)s. Publicou, entre outros livros, *Coisas que juntas se acham – com Camões* (2025, Oficina Raquel), além de diversos ensaios em coletâneas e revistas. Finalizou, em 2024, doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/ UFRJ), apresentando a tese *A sociedade do smartphone – uma leitura da digitalização do mundo*, de onde vem parte da reflexão teórica que sustenta este ensaio.